

O Passado Que Insiste Em Se Fazer Presente - A Integração Latino-Americana E Sua Sincronicidade Com A Hegemonia Norte-Americana.

Avanços de Investigação em Curso.

Grupo de Trabalho Nº12, Globalização, Integração Regional e Sub-Regional.

Tchella Fernandes Maso.
(Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD/Brasil)

Resumo

A partir da metáfora do pêndulo, utilizada por Adam Watson em seu livro “A evolução da sociedade internacional”, visamos apresentar os processos de integração latino-americana, entre os séculos XIX e XXI. Nosso intuito é proporcionar um esboço analítico longitudinal acerca da história dos arranjos do continente, tendo como antípodas o associacionismo com os Estados Unidos e distanciamento em relação a este. Nossa hipótese, seguindo os trabalhos do professor Nilson Araújo, defende que a simbiose com a potência do Norte afrouxa as tentativas de construção da identidade latino-americana. Em relação aos referentes teórico-metodológicos não aderimos a uma vertente precisa, mas, tomando por base a proposta de Amado Luís Cervo, agregamos uma variedade de conceitos que nos parecem úteis para compreender a realidade latino-americana e sua especificidade – característica essa que impede um uso mimético de abordagens forâneas. Para construir tal tessitura, dialogamos com Spinoza e sua formulação teórico-metodológica pendular, que privilegia análises sincrônicas, tomando como exemplo o trabalho apresentando por Adam Watson, expoente da Escola Inglesa das Relações Internacionais, e a adoção do conceito de sincronicidade de Jung; utilizamos também a definição de hegemonia de Gramsci e a releitura latino-americana realizada por Ana Esther Ceceña; além da perspectiva de colonialidade apresentada por Aníbal Quijano.

Palavras-chave: Colonialidade, Relações Internacionais, Blocos Regionais.

1. Introdução

A ideia de integração na América Latina, que ganhou corpo a partir do século XIX, acompanha o processo de formulação de uma imagem do continente, em um movimento tanto endógeno como exógeno. Na busca por estimular uma identidade que se dissocia dos vizinhos do norte, em especial Estados Unidos, deram-se algumas tentativas com o intuito de conceber um elo entre os territórios e sociedades colonizados prioritariamente pelos impérios da península ibérica.

Como apresenta José Maria Torres Caicedo em sua ode a “Las dos Américas”, no contexto de formação dos Estados latino-americanos, algumas figuras expressivas nesse processo de independência almejavam a União da América em oposição aos Estados Unidos. Destacam-se nesse processo Simon Bolívar, Francisco Miranda e José Martí – os quais por mais que não utilizassem a expressão América Latina, traziam a ideia de um projeto de integração e identidade, a “Nuestra América”¹.

¹ Há quem diga, no entanto, que a formulação da ideia de América Latina é descendente dos interesses imperialistas da França sobre a região, prioritariamente no México, idealizado por Michel Chevalier. Segundo Hector H. Bruit (2000), o uso do termo latino tem por intuito demonstrar a descendência comum entre as colônias recém- independentes do Novo Mundo e o Império Francês, herdeiro das nações católicas.

Apesar do debate historiográfico acerca dos criadores da ideia de América Latina (construída ou não por um latino-americano), o que nos interessa é a associação entre integração, identidade e inserção internacional. E de forma mais específica, “o lugar difuso e o conteúdo multidimensional do poder” (CECEÑA, 2005, p.37). Ou seja, a indissociação da América Latina, seus modelos de integração, e a capacidade de construir sentidos e práticas comuns da hegemonia norte-americana.

Os processos de integração na América Latina – seus antecedentes históricos, bem como as similitudes e diferenças entre os blocos regionais – refletem a colonização vivenciada na região, sendo essa cognitiva e material. Logo, estes empreendimentos não podem ser analisados de forma dissociada das relações produtoras de regimes de verdade como as operadas pela hegemonia norte-americana (CECEÑA, 2005). Ademais, há que se salientar que o ato de integrar, entendido no senso comum como de unir, juntar, associar, é dependente da imagem, ou percepção, desenvolvida acerca do si e do outro. Nesse sentido, a formação da totalidade identidade/alteridade é pré-condição para a consolidação de um processo de integração.

A integração latino-americana é muito distinta do modelo europeu – e acrescentaríamos de outras iniciativas operadas no globo. Portanto, lança-se o desafio de formular novas, ou outras, dimensões analíticas que respondam ao desafio de compreender a América Latina como campo de estudos e fonte de interpretações, partindo da necessidade de refundarmos a ciência a partir das múltiplas interpretações do real.

A fim de aproximar-nos de uma resposta, seguiremos a interpretação de Nilson Araujo de Souza (2012) de que a integração latino-americana se deu em quatro grandes ondas e estas foram estimuladas pela busca do desenvolvimento. Fortalecendo-se em algumas fases, pela ênfase na busca por autonomia regional e uma inserção internacional com menos grau de subordinação em relação às potências. Cabe destacar que nossa contribuição, ainda em processo de construção, à proposta delineada por Araújo de Souza é a possibilidade de identificar um padrão sincrônico pendular para compreender o movimento das ondas (de integração).

Denomina-se o Passado que insiste em se fazer Presente, as coincidências significativas construídas no horizonte de possibilidades dos processos de integração latino-americanos. Referindo-se, portanto, à coexistência temporal da qual se descola um padrão dinâmico pendular, representado pela oscilação entre adesão aos padrões norte-americanos de ordenação civilizatória (política, econômica, social e cultural) e crítica a tal modelo. No centro desse movimento, de caráter centrípeto, estão as iniciativas de inserção internacional autônoma.

O conceito de sincronicidade extraído de C. Jung é adotado como uma metáfora associada às limitações do paradigma de ciência moderna, estruturado em saberes monolíticos e sistemas de ponderação causais, vinculados a uma operação mental hipotético-dedutiva. Isso, pois, a ideia de acontecimentos sincrônicos valoriza os elementos acausais, atemporais, significativos e dinâmicos como possibilidades analíticas. Além disso, demarca-se o desafio no qual essa investigação está imersa: a construção de teias interdisciplinares de compreensão da realidade.

No horizonte normativo do diálogo de saberes e áreas do conhecimento, Amado Cervo (2008) apresenta a possibilidade de reflexão derivada da cocção de conceitos, derivados de distintas perspectivas. Tal caminho metódico é desenvolvido em nosso estudo a partir de uma militância anti-utilitarista (MARTINS, 2012), validada na medida de sua intervenção no real, expressa nas categorias interconhecimento e pragmatismo epistemológico (SANTOS, 2007). Portanto, declara-se nosso anseio em romper com os padrões de sentido da Colonialidade/Modernidade e seu exercício de domínio de subjetividades (QUIJANO, 2005).

2. Breve Descrição das Ondas de Integração

As ondas de integração na América Latina são uma elaboração de Nilson Araújo de Souza (2012), nesse tópico retomaremos tal abordagem com o acréscimo de fontes de segunda ordem. Seguiremos aqui, a versão tradicional de conceber a integração a partir dos Estados Nacionais, aqueles com território, população e monopólio da força – para retomar a noção weberiana utilizada tanto por adeptos do realismo, quanto do liberalismo e as múltiplas vertentes neo –, mesmo que em muitos casos na América Latina tais condições de soberania e legitimidade não encontrem eco. Além de realizar tal apresentação com base na noção linear da história, tentando abarcar as diferentes modalidades de integração vigentes no continente entre os séculos XIX e XXI, trabalhando, portanto, como os processos de longa duração defendidos metodologicamente pelas correntes historiográficas das RI, tendo como foco analítico a América Latina.

São quatro as Ondas de Integração:

- I. Esboçou-se a partir de 1810, entrando em crise no contexto entre- guerras, no século XX – nessa destacam-se as Conferências Bolivarianas e a constituição de um pensamento integracionista na região, com destaque para Simon Rodríguez, Andrés Bello, José Martí e José Enrique Rodó;
- II. Ganha corpo no período entre guerras e estende-se até meados dos anos 1970, nesse período a Comissão Econômica para a América Latina possui destaque nas proposições da Associação Latino-Americana de Livre- Comércio (ALALC) e constituição do chamado “regionalismo fechado”;
- III. Inicia-se no contexto de crise econômica internacional na década de 1970 e perdura até meados dos anos 2000, marca um momento de importante viragem na política dos países abaixo do Rio Bravo. Isso, pois, de arranjos marcados pelo prisma neoliberal de estreita vinculação com os Estados Unidos – como a Área de Livre-Comércio das Américas – ao fim desse processo visualiza-se uma ruptura, ainda que parcial, com tais modelos;
- IV. Delineada no início do século XXI, marca a rápida multiplicação de iniciativas, ou a reconfiguração das existentes, tendo como ponto de convergência a busca por alternativas, voltadas para o fortalecimento das relações Sul-Sul – como a Aliança Bolivariana para os Povos de “Nuestra América”, a União das Nações Sul-Americanas e mais recentemente a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

A **primeira onda de integração latino-americana** esboçou-se a partir de 1810, entrando em crise no contexto entre- guerras, no século XX. A principal característica desse contexto é a efetivação do novo pacto colonial, definido por Halperin Dongui (1975) pela ruptura com as estruturas coloniais de organização política e mercantil, além da consolidação da América Latina na divisão internacional do trabalho como uma economia agrário-exportadora, dependente e reprodutora, ainda que com variações, das premissas político-econômicas liberais.

Segundo Nilson Araujo (2012) a disputa entre tais países do norte, ou entre o velho e novo mundo, gerou o colapso das iniciativas integracionistas na América Latina no século XIX e início do século XX. Até 1930 a ingerência político-econômica da Inglaterra na região, em especial na América do Sul, ainda era majoritária. No entanto, sua intervenção no continente não se deu diretamente na supressão das iniciativas de integração, mas na desestabilização de certos conglomerados que pudessem colocar à prova a inserção dependente latino-americana na divisão internacional do trabalho.

Símon Bolívar é a primeira referência dos processos de integração na América Latina. Em 1826 convocou o Congresso Anfictiônico do Panamá, com o objetivo de equacionar a Integração Continental da América Hispânica. A partir daí foram sucessivas as iniciativas que defendiam a união dos Estados

recém-independentes em oposição à *sajona raza*, para retomar a ideia de José Maria Caicedo. Nos quarenta anos subsequentes ao convite de Bolívar, mais de cinco congressos hispano-americanos foram convocados para concretizar a unidade na região. No entanto, as disputas internas entre as oligarquias locais, as limitações geográficas entre outras motivações afastaram o sonho da *Nuestra América*.

Um elemento fundamental na desestabilização das iniciativas integracionistas dessa primeira onda são as iniciativas dos Estados Unidos. País este que se tornou independente em 1776, motivado por valores como liberdade e estruturando um modelo de organização política democrática, baseando-se na noção de Thomas Paine do Estado como um mal necessário fundado no tripé independência, republicanismo e união federal. Nesse primeiro momento de consolidação do vizinho do norte, sua política foi marcada pelo isolacionismo. Sua expansão territorial foi associada ao seu processo de industrialização, gerando um movimento para o extremo oeste definido por John L. O'Sullivan como Destino Manifesto, estruturado na tríade Deus, Desenvolvimento Livre e Instituições Democráticas. Vale mencionar que tal processo, que configurou-se até por volta de 1860, levou à aquisição de oitocentos mil quilômetros quadrados de novos territórios ao país e foi, posteriormente, reavivada por Roosevelt e a sua política do *Big Stick* no início do século XX e pela Emenda Platt.

Nesse ínterim, em 1823, esboça-se a conhecida Doutrina Monroe, a América para os Americanos – um entrave e ao mesmo tempo um motivador para os ensaios integracionistas latino-americanos. Apesar de não ser um imediato plano de ação, como apresenta Robert Freeman Smith, tal doutrina está na base da justificativa norte-americana de intervenção na América Central e Caribe a partir de 1850.

Data de 1881 a primeira iniciativa de realizar uma Conferência Americana Internacional, formulada por James G. Blaine e sem efetivação. No contexto de predominância do capital europeu na América Latina e aprofundamento do capitalismo nos Estados Unidos, emerge a perspectiva de um hemisfério ocidental, marcado por relações pacíficas mediadas pelos Estados Unidos. Tomando por base a efetivação de uma comunidade de interesses, em 1889, essa nação convocou os representantes de países latino-americanos para a Conferência Interamericana, que defendia a criação de uma União Aduaneira no hemisfério e a consolidação de uma comissão de arbitramento. Tais propostas não foram aceitas, no entanto, o ideário pan-americano dava seus primeiros passos – os quais foram aprofundados no século XX e retomados quando da tentativa de criação da Área de Livre-Comércio das Américas, definida por Carlos Oliva como uma iniciativa neo pan-americanista.

A **segunda onda de integração** ganha corpo no período entre guerras e estende-se até meados dos anos 1970. Duas são as características centrais desse momento: a efetivação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina e a tendência dos países da região em realizar o processo de substituição de importações a fim de responder de forma autônoma à crise internacional operada a partir da Depressão da economia norte-americana. Para Nilson Araújo, “o nacionalismo na periferia enseja a integração regional”, ou seja, as formulações decorrentes do nacional-desenvolvimentismo que começa a ganhar corpo no continente estimularam também as iniciativas integracionistas, com ênfase na complementaridade econômica. Vale destacar, que em outras partes do globo, começam a estruturarem-se modelos de integração, entre esses o mais denominado é a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço formulada em 1951.

O epicentro da integração latino-americana nesse segundo movimento foi a Comissão Econômica para a América Latina, criada em 1948. Com o objetivo de formular bases autônomas para o desenvolvimento da região, esse organismo orquestrou o que ficou conhecido como Estruturalismo latino-americano, baseado na ideia de Centro e Periferia de Raúl Prebisch e conceitos como dependência, subdesenvolvimento, deterioração dos termos de troca, desenvolvimento desigual entre outros.

Tomando a industrialização como eixo do desenvolvimento – associado nesse contexto aos ideais de progresso, modernização, civilização, entre outros –, a integração regional seria a responsável pelo aprofundamento e efetivação desse aspecto nodal, caracterizado inicialmente pela substituição de importações. Tal arcabouço orientou a formação da Organização dos Estados Centro-Americanos em 1951, que transformou-se em Mercado Comum Centro-Americano em 1960 e na atualidade denomina-se Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Além de tal projeto, a concepção cepalina estimulou a constituição da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), pelo Tratado de Montevideu em 1960.

Formada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Uruguai e Peru, os objetivos da ALALC relacionavam-se com a ampliação do comércio regional a fim de gerar organizações industriais mais eficientes, por meio do aproveitamento da economia de escala e da ampliação de mercados – como esboçado pela CEPAL. Sua formulação também responde às articulações de representantes latino-americanos no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, formulado em 1944 e atualmente transformado em Organização Mundial do Comércio) e a ideia de uma zona de preferências tarifárias.

Para Márcio Bobik Braga, os fracassos na ALALC, além de problemas de ordem macroeconômica, dizem respeito à dificuldade dos agentes econômicos e políticos no interior dos países latino-americanos. Bem como a debilidade do bloco em gerar políticas de reciprocidade, as quais promovessem um equilíbrio das balanças comerciais. Revelando em alguma medida, portanto, um impasse nas formulações cepalinas do período e a realidade vigente.

Cabe mencionar que, em 1966 formula-se um acordo sub-regional no âmbito da ALALC entre Chile, Venezuela, Peru e Equador na Declaração de Bogotá. E em três anos o processo aprofunda-se de forma a dar origem ao Pacto Andino, estabelecido pelo Acordo de Cartagena, com pretensão de estabelecer uma união aduaneira em dez anos. No entanto, o início do regime militar no Chile estimula a saída desse país do bloco, e a adesão da Venezuela em 1973. Segundo Paulo Roberto de Almeida, dentre as motivações para a formação do Pacto Andino estão as diferenças entre os países do Cone Sul + México, com modelo comercialista, e os países andinos, com plataforma desenvolvimentista.

Cabe retomar novamente, a proposta defendida por Nilson Araujo de Souza (2012) da presença norte-americana na região como desestabilizadora dos projetos integracionistas. O contexto pós-1945 representa a configuração dos Estados Unidos como potência ocidental reinante. A ordem internacional desenhada nesse contexto leva adiante os pressupostos de defesa do liberalismo econômico e político, com ênfase na organização democrática e na defesa das instituições (mesmo que tais enunciações projetem-se muito mais no campo discursivo do que da prática internacional, que em geral é ofensiva e utiliza-se da guerra como mecanismo de manutenção da sua força e predominância no sistema internacional).

Por conseguinte, aprofundam-se as iniciativas multilaterais de ordenação no plano das Relações Internacionais, como as Organizações Internacionais de cunho global ou regional – inserindo-se aí os blocos regionais. Destacando-se as instituições de Bretton Woods – Grupo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e GATT – responsáveis pela estabilização macroeconômica, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a fim de tratar dos temas de segurança e no plano hemisférico o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos, que representou uma importante ferramenta de propaganda anti-comunismo, sedimentada nas ditaduras militares na América Latina a partir de 1963 – as quais aprofundaram também a entrada de capital estrangeiro na região.

Uma interpretação possível a partir do esboço anterior é que mesmo a CEPAL, em suas formulações críticas à linha ortodoxa de análises da economia internacional e sua defesa de um relativo protecionismo e desenvolvimento regional autônomo, é derivada da ordem internacional orientada

pelos Estados Unidos. Logo se nas iniciativas da primeira onda de integração, ainda que sem consequências reais, aprofunda-se uma formulação ideacional de ruptura com os vizinhos do norte – que serão posteriormente retomadas pela Alternativa Bolivariana para as Américas. No segundo momento, tal pretensão perde suas tonalidades. Isso porque, mesmo que a Cepal e a ALALC estimulem um desenvolvimento autônomo da região esse se dá em um contexto de maturidade do pacto neocolonial (DONGHI, 1975), ou seja, em uma América Latina arraigada à divisão internacional de trabalho e que busca inserção competitiva na economia – crítica semelhante foi direcionada pelas teorias da dependência ao estruturalismo cepalino, as quais podem ser derivadas ao processo de integração regional defendido pela instituição.

A **terceira onda de integração latino-americana** (SOUZA, 2012), inicia-se no contexto de crise econômica internacional na década de 1970, a qual desencadeou severas consequências para a região no decênio seguinte, e perdura até meados dos anos 2000, momento de importante viragem na política dos países abaixo do Rio Bravo. Se no primeiro movimento desse íterim (1960/70 – 2000) observa-se um movimento de formação mais independente, associada ao contexto de formulação do terceiro-mundismo e do movimento dos países não-alinhados, o seu fim é representativo de um relativo associacionismo da região aos ideários das potências do Norte, com ênfase na adoção das concepções neoliberais.

As relações internacionais sob a égide norte-americana em um contexto bipolar sofreram alterações relevantes nos anos 1970. Reconstruídos das guerras em seus territórios, Europa e Japão voltaram a ter relevância na cena ocidental, além disso, a consolidação das Organizações Internacionais e as independências das colônias africanas e asiáticas geraram movimentos de afirmação das disputas e modelos de desenvolvimento econômico e inserção internacional entre os países do Norte e os do Sul, orquestradas no palco das agências das Nações Unidas. Tais condicionantes reorientaram a hegemonia norte-americana no ocidente, incorporando no plano discursivo, por exemplo, das instituições financeiras sob sua influência, como o Grupo Banco Mundial, a noção de necessidades básicas dos pobres e desenvolvimento dos países para além de crescimento econômico – o qual tende a aprofundar as desigualdades sociais.

Na América Latina, crescem as defesas por uma Nova Ordem Internacional, como o Sistema Econômico Latino-Americano, 1975, fundado em um contexto de política externa independente no Brasil em diálogo com o México, a fim de estimular cooperações horizontais, apoiar processos de integração e ações coordenadas entre esses, além de prever ação comum nos foros internacionais. Em tal contexto a CEPAL perde sua capacidade de orientar diretamente as formulações econômicas dos países e volta-se ao estudo da crise estrutural, suas origens e consequências para a América Latina.

Em tal horizonte de expectativas, realiza-se um novo Tratado de Montevidéu em 1980 com o intuito de refundar a ALALC, esta transforma-se em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Esta caracteriza-se por metas mais flexíveis que as anteriores, estimulando acordos bilaterais no interior do bloco e conformando uma “área de preferências tarifárias”, permitidas pelo GATT a partir da rodada de Tóquio.

Em 1983 forma-se o Grupo de Apoio a Contadora, renomeado três anos depois em Grupo do Rio (formado por Venezuela, México, Colômbia, Panamá, Peru, Brasil, Argentina e Uruguai). Estes países reuniram-se com a orientação política de discutir a pacificação da América Central e a intervenção norte-americana, sendo um importante espaço de diálogo formado sem a presença do vizinho do norte – tal iniciativa deu origem em 2010 à CELAC – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Proposta semelhante constitui-se em 1984, o Consenso de Cartagena, com o intuito de debater a crise da dívida latino-americana.

Há uma novidade em tais agremiações em relação às demais, visto que sua motivação inicial não foi econômica, mas política: relacionada com as consequências da dependência, ou para retomar o

aporte de John Saxe-Fernández da América Latina constituindo-se como reserva estratégica dos Estados Unidos.

Apesar de tais empreendimentos, já no fim da década de 1980 os países latino-americanos tornam-se vulneráveis às estratégias norte-americanas operacionalizadas para driblar a crise. A ofensiva neoliberal gerou um efeito duplo nos processos integracionistas da região (SOUZA, 2012), pois ao mesmo tempo em que sinalizaram uma adesão ao receituário, favorecendo o livre-mercado, também representaram uma aproximação entre os países buscando defender-se, em alguma medida, dessa investida por meio da inserção competitiva no mercado internacional.

Se em um primeiro momento Brasil e Argentina, realizaram tentativas de aproximação com base em um modelo cepalino de desenvolvimento orientado para a substituição de importações, como defende Raul Bernal-Meza, desde o ensaio de união aduaneira em 1941, passando pela tentativa de retomar o pacto A-B-C na década de 1950, a Declaração de Iguazu em 1985, a Ata para a Integração Brasil e Argentina de 1986. Na década 1990, adotou uma concepção comercialista e com base no regionalismo aberto.

Assentado na superação da hipótese de conflitos entre os dois maiores países do cone sul, o Mercosul representa para Paulo G. Fagundes Vizentini o primeiro processo latino-americano a obter resultados concretos (é o quarto maior bloco regional do globo em volume de transações) e representar uma possibilidade de uma “melhor inserção internacional do cone sul”. Isso porque, como afirma Meza, há uma comunidade de elementos compartilhados entre os países membros, de caráter ideacional e material, mesmo que entre esses observa-se um descompasso entre o nível de desenvolvimento econômico.

O Tratado de Assunção, de 1991, previa a formação de um mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai que se realizaria em. No quadriênio que se seguiu, foram as negociações foram aprofundando-se rumo a estruturação da união aduaneira e em 1994, grande parte dos produtos comercializados possui uma tarifa externa comum (TEC), mesmo que essa seja baixa e valorize as importações vindas dos Estados Unidos (SOUZA, 2012). Merece destaque a malha institucional organizada em torno do bloco, ratificada no Protocolo de Ouro Preto, em 1994. Nessa ocasião o Mercosul adquire personalidade jurídica internacional, atuando de forma coordenada em foros internacionais.

Dessa forma, o bloco formado no cone sul enfatiza as relações comerciais intrarregionais em consonância com a inserção internacional da região no mercado internacional, com ênfase no papel das empresas como agentes catalisadores da interdependência regional e da inserção competitiva – premissas do Regionalismo Aberto idealizado pela Cepal. Ademais o bloco visa coordenar as políticas externas e cooperar no âmbito da segurança, educação e cultura, ainda que de forma frouxa. O grande desafio da iniciativa é a efetivação do Mercado Comum, como salienta Meza.

Nesse sentido, as deficiências internas dos Estados membros, a aproximação de alguns desses dos Estados Unidos, bem como o aprofundamento da cartilha neoliberal afetaram o aprofundamento da integração na região. Para Bouzas, a alteração cambial realizada no Brasil a partir de 1997, gerada pela crise asiática, e o colapso argentino em 2001, lançam luz às inflexões do Mercosul: “ La progresiva dilución de una visión de proyecto comum [que motivou os países a formarem o bloco] y la consecuente perdida de foco regional na transformado la agenda de negociación del MERCOSUL en una mera agregación de demandas nacionales”. O autor afirma ainda que caso tal processo não seja revertido, tal iniciativa se converterá em um folclore regional.

Apesar de incisivas, tais ponderações apontam para o desmantelamento da terceira onda de integração latino-americana, ou o ceticismo que permeou as iniciativas sob o marco neoliberal e suas insuficiências. Em geral estas favoreceram grandes empresários e as transnacionais dos países do Norte, aprofundando o comércio intrarregional, mas sem grandes avanços na cooperação

macroeconômica, ordenada por uma institucionalidade forte e capaz de resolver os problemas de reciprocidade entre os membros – como propunha a tese do Regionalismo aberto da Cepal.

O balanço dos processos de integração operacionalizados no fim do século XX, confirmam, portanto, a tese de Corazza de que tais acordos representam mecanismos de adoção da regras internacionais – acrescentaríamos de modelo de desenvolvimento. No entanto, tal empreendimento foi colocado em xeque em uma cadeia de contestações acerca do neoliberalismo. O rechaço à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposta pelos Estados Unidos à América Latina é representativo dessa viragem.

Lançada na Cúpula da Américas de 1994, como afirmação de uma proposta já lançada por Bush em 1989, a Iniciativa para as Américas, a ALCA foi alvo de intensas negociações até 1994. As principais controvérsias estavam no âmbito dos subsídios agrícolas, direitos compensatórios entre outras ações que criam vantagens comerciais da potência hemisférica em relação às demais. Vale mencionar que o Nafta consolidou-se em 1994 gerando severos prejuízos a economia mexicana, que era tida como exemplo aos demais países latino-americanos. Merece destaque a ação da diplomacia brasileira e argentina, bem como a entrada de Hugo Chávez na presidência da Venezuela como entraves à efetivação da ALCA.

A quarta onda de integração regional latino-americana marca uma “nova era” no continente (SOUZA, 2012). Isso por um aspecto fundante: a rápida multiplicação de iniciativas, ou a reconfiguração das existentes, tendo como ponto de convergência a busca por alternativas contra-hegemônicas, voltadas para o fortalecimento das relações Sul-Sul. Dessa forma, a partir da I Reunião dos Presidentes da América do Sul em 2000, os processos interacionistas da região relativizam a ênfase comercial e apostam em uma convergência produtiva, físico-energética, social, política e cultural (HONORIO, 2013).

Das negociações entre o Mercosul e a Can, que assinam em 2003 um acordo de cooperação econômica, vinculando também Chile, Guiana e Suriname, emerge o debate sobre um bloco que vinculasse os Estados sul-americanos. Em 2004, Cuzco, realiza-se a terceira reunião de presidentes sul-americanos que cria a Comunidade Sul-Americana de Nações, renomeada no ano seguinte de União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) formada pelos 12 países da América do Sul (SOUZA, 2012). A inovação desse bloco está em sua política e de segurança, com o intuito de estimular a cooperação, e não a competição na região. Além disso, a Unasul incorporou a proposta da IIRSA de estabelecer parcerias produtivas na área de infraestrutura e energia.

Recentemente formou-se a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), fundindo duas iniciativas, o Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e Caribe. Em 2011 em Caracas, concluíram-se as negociações para selar a CELAC com a presença de 33 chefes de Estado, e ausência norte-americana – dando peso simbólico à iniciativa em um claro distanciamento do pan-americanismo e uma aproximação do México à América Latina, em oposição ao Nafta (SOUZA, 2012).

No que se refere à ênfase contra-hegemônica, a Iniciativa Bolivariana para as Américas (ALBA) é a proposta que se destaca na quarta onda de integração latino-americana. Formulada em clara oposição à ALCA, foi firmada inicialmente por Fidel Castro e Hugo Chaves em 2004. Três anos depois consolidou-se como Aliança Bolivariana para os povos da Nossa América, com incorporação da Bolívia, Nicarágua, Honduras, Equador e mais três países caribenhos. A proposta envolve a difusão de um modelo de desenvolvimento integral, baseado nos princípios da complementaridade, solidariedade, respeito à soberania dos países, justiça e equidade. Dentre suas disposições está o Tratado de Comércio dos Povos, o Banco do Sul e o sucre como moeda comum, as empresas Grannacionais, e os projetos de superação das debilidades sociais vigentes em grande parte dos países latino-americanos.

Como afirma Claudio Katz (2006), a ALBA é uma contraposição ao regionalismo capitalista centrado na perspectiva de inserção internacional competitiva. Retoma as ideias anti-imperialistas da primeira onda de integração e tenta efetivar-se, como defende Emir Sader, nos planos das necessidades de cada país, e essencialmente dos povos.

3. Considerações Finais

Ao referirmo-nos a um modelo ou proposta de integração, temos que estar atentos aos agentes, identidades e interesses envolvidos nesse processo. Em um exercício contínuo de desmistificação da positividade inerente ao ato de integrar-se. Conseqüentemente, nem todos os processos de integração geram bem-estar comum ou melhoria das condições de vida das sociedades envolvidas. No geral, são grupos de interesse que levam a cabo tais processos, associados ou não, aos demais poderes/ Estados potência que configuram o espaço mundial.

A integração latino-americana, nas quatro grandes fases atua de forma pendular e dependente em relação às potências externas – prioritariamente os Estados Unidos – indissociada das políticas externas dos países. As iniciativas que mais se afastaram do eixo do Norte são as ideias bolivarianas da primeira onda e retomadas pela ALBA. As demais transitam entre uma “amizade tradicional”, para retomar o conceito que Moniz Bandeira utiliza para abordar a relação Brasil-Estados Unidos, e uma inserção autônoma, típica dos empreendimentos cepalinos e da política externa independente formulada no Brasil na metade do século XX.

Há, portanto, uma disputa implícita acerca de visões de mundo, e de mundos possíveis, no palco latino-americano. Tal emaranhamento diz respeito também ao aprofundamento da consciência regional do continente. No entanto, a construção de imagens acerca das AméricaS LatinaS possíveis é uma curva sinuosa desenhada pelos agentes com maiores condições de efetivar seus interesses. Ademais, duas forças complementares desfavoreçam o aprofundamento da percepção de unidade na região: sua dependência estrutural, que estrangula inclusive iniciativas anti-imperialistas, e a retomada do poder pelos países centrais, que tende a desmantelar as construções alternativas que desabrocham na quarta onda de integração latino-americana.

Referencias bibliograficas

- ARAÚJO; SILVA. (1995). Mitanálise e Interdisciplinaridade: Subsídios para uma hermenêutica em Educação e em Ciências Sociais. **Revista Portuguesa de Educação**, 1995, 8 (1), p 117-142.
- BRUIT, H.(2000). A Invenção da América Latina. In: **Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC**, Belo Horizonte.
- CECEÑA, Ana Esther (org).(2005). **Hegemonias e Emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO.
- CERVO, Amado. (2008) Conceitos em Relações Internacionais. Brasília: **Rev. Bras. Polít. Int.**, n 51 (2), p. 8-25.
- DONGHI, Halperin. (1975) **História da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HONORIO, Karen. (2013). O significado da Iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. São Paulo: **Dissertação** de Mestrado, Programa San Tiago Dantas.
- KATZ, Claudio. (2006) **El Rediseño de América Latina**: Alca, Mercosur y Alba. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg.

MARTINS, Paulo Henrique. **Decolonialidad de America latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria**. Recife: Editora UFPE, 2012.

QUIJANO, Anibal. (2005) **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, pp.227-278.

SOUZA, Nilson Araújo de. (2012). América Latina: as ondas da integração. **OIKOS**, Rio de Janeiro, Volume 11, n. 1, p. 87-126.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2007). Para além do pensamento abissal; Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos* , CEBRAP 79, pp.71-94.